

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE
ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA,
PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE
COLOCAÇÃO DA PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A.

ENTRE

PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A.
(EMISSORA),

SINERGIA - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E, EM CONJUNTO
COM

Sr. ROGERIO MACEDO BORIO.
(FIADORES)

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS
(AGENTE FIDUCIÁRIO)

X

RAV

JB

X

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas ("Partes"):

PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rodovia BR-116, nº 11.807, Km 100, CEP 81.690-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.527.951/0001-85, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos Debenturistas, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

SINERGIA - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rodovia BR-116, nº 11.807, Km 100, CEP 81690-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.810.770/0001-50, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Sinergia");

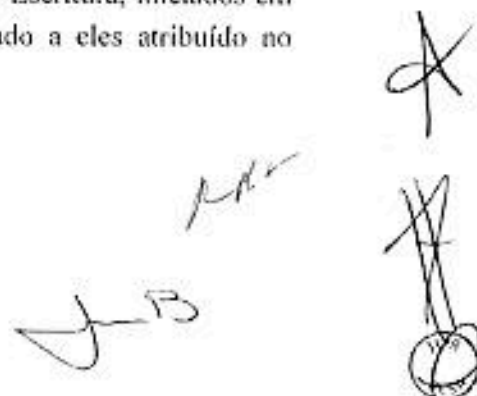
SR. ROGERIO MACEDO BORIO, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.003.299-91, com carteira de identidade RG nº 297.467/PR, com escritório profissional na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rodovia BR-116, nº 11.807, Km 100, CEP 81690-100 ("Sr. Rogério Macedo Bório"), na qualidade de Fiadores;

celebram a presente "Instrumento Particular Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Paraná Equipamentos S.A.", nos termos e condições abaixo.

1. TERMOS DEFINIDOS

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído no preâmbulo desta Escritura e/ou no Anexo I desta Escritura.

2. AUTORIZAÇÃO

The block contains three handwritten signatures or initials in the bottom right corner. The top one is a stylized 'X' or 'A'. The middle one is a signature that appears to be 'R.M.'. The bottom one is a signature that appears to be 'J.B.'.

2.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada pela AGE, realizada em 14 de abril de 2014, rerratificada em 15 de maio de 2014 pela AGE Rerratificação.

2.2 A prestação da Fiança pela Sinergia foi deliberada e aprovada na AGE Sinergia, realizada em 14 de abril de 2014, rerratificada em 15 de maio de 2014 pela AGE Sinergia Rerratificação.

3. REQUISITOS

3.1 A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

3.1.1 Arquivamento e Publicação dos Documentos Societários

3.1.1.1 As atas da AGE e da AGE Sinergia, bem como as respectivas atas da AGE Rerratificação e da AGE Sinergia Rerratificação serão devidamente arquivadas na JUCEPAR e publicadas no Diário Oficial do Estado do Paraná e no "Jornal Indústria & Comércio", conforme artigo 62, I da Lei nº 6.404/76.

3.1.2 Inserição e registro desta Escritura

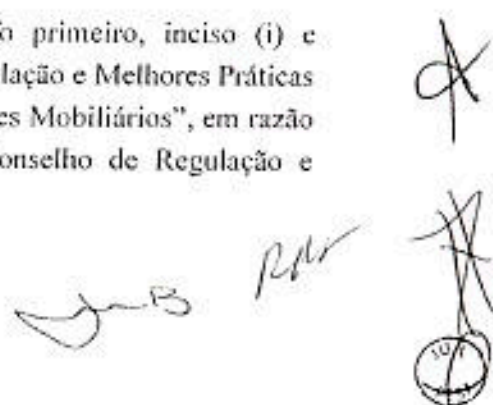
3.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser arquivados na JUCEPAR, conforme disposto do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, respectivamente, da Lei nº 6.404/76. Em até 5 (cinco) Dias Úteis após o deferimento do referido arquivamento, a Emissora deverá encaminhar uma via original da Escritura e seus eventuais aditamentos devidamente registrados para o Agente Fiduciário.

3.1.3 Dispensa de Registro na CVM

3.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

3.1.4 Dispensa de Registro na ANBIMA

3.1.4.1 A despeito do quanto disposto no parágrafo primeiro, inciso (i) e parágrafo segundo do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em razão da inexistência de diretrizes específicas para tanto pelo Conselho de Regulação e

Handwritten signatures and stamps at the bottom right of the page. There are three distinct signatures: one in the middle, one to the right, and one below the rightmost signature. A circular stamp is located at the bottom right corner.

Melhores Práticas, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 9º do referido código, a Oferta Restrita é dispensada de registro na ANBIMA.

3.1.5 Registro da Garantia

3.1.5.1 Tendo em vista que a presente emissão conta com garantia fidejussória descrita no item 5.11 abaixo, a Escritura deverá ser levada a registro pela Emissora em Cartório de Registro de Títulos e Documentos do domicílio das Partes em, no máximo, 7 (sete) Dias Úteis a contar da data de sua respectiva assinatura. Em até 5 (cinco) Dias Úteis após o deferimento dos referidos registros, a Emissora deverá encaminhar uma via original da Escritura e seus eventuais aditamentos devidamente registrados para o Agente Fiduciário.

4. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1 Objeto Social da Emissora

4.1.1 A Emissora tem por objeto social (i) o comércio, inclusive importação e exportação, a locação de máquinas, equipamentos, veículos automotores, motores estacionários e veiculares e implementos para a indústria, construção, mineração, agricultura, florestamento e para movimentação de carga e serviços de manutenção, suas partes, peças e acessórios; (ii) a montagem, prestação de serviços técnico-mecânicos de consertos e reparos dos produtos mencionados no item anterior; (iii) a fabricação de partes, peças e acessórios para as citadas máquinas, equipamentos, veículos, motores e implementos; (iv) a aquisição, licenciamento e exploração de marcas, patentes e direitos congêneres que se relacionem com a sua atividade social; (v) constituir e participar de outras sociedades, qualquer que seja a forma ou objetivos destas, e, a prestação de serviços de caráter técnico e administrativo às mesmas; e (vi) todas as atividades e operações correlata, acessórias ou conexas aos objetivos acima mencionados.

4.2 Número da Emissão

4.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

4.3 Número de Séries

4.3.1 A Emissão será realizada em série única.

4.4 Volume Total da Emissão

Handwritten signatures and initials are present in the bottom right corner of the page. There are three distinct marks: a stylized signature, the initials 'JB', and a circular stamp or signature.

4.4.1 O volume total da emissão será de até R\$126.000.000,00 (cento e vinte e seis milhões de reais), na Data de Emissão.

4.5 Quantidade de Debêntures

4.5.1 Serão emitidas até 12.600 (doze mil e seiscentas) Debêntures.

4.6 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

4.6.1 O Banco Liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Olavo Setubal, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 e o escriturador mandatário das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64.

4.7 Destinação dos Recursos

4.7.1 Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados para o capital de giro da Emissora e para o alongamento do passivo de curto prazo da Emissora.

4.8 Registro em Mercados Regulamentados

4.8.1 As Debêntures deverão ser registradas para distribuição no mercado primário no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos e para negociação no mercado secundário no CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

4.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme para o volume de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) e sob o regime de melhores esforços de colocação para o volume remanescente de R\$46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de reais), sendo que as Debêntures serão distribuídas por meio da intermediação dos Coordenadores, observado o quanto estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do Contrato de Colocação.

Handwritten signatures and initials:
- A large stylized 'A' at the top right.
- A signature that appears to be 'Ribeiro' below it.
- A signature that appears to be 'J.B.' at the bottom left of the signature block.
- A circular stamp or signature at the bottom right.

4.9.2 O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM nº 476/09, conforme previsto no Contrato de Colocação. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.9.3 Não obstante o disposto no item anterior, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, conforme definição abaixo, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476/09, e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução.

4.9.4 As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos Instrução CVM nº 476/09.

4.9.5 A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (ii) informar aos Coordenadores, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

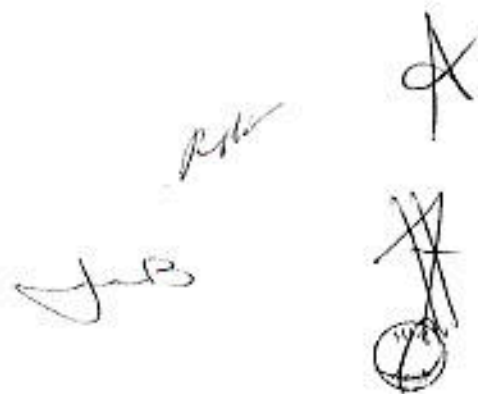
4.9.6 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM nº 476/09, tendo como público alvo apenas Investidores Qualificados.

4.9.7 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

5. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1 Características Básicas

5.1.1 Valor Nominal Unitário

The bottom right corner of the page contains several handwritten signatures and initials. There is a large, stylized 'X' or 'A' shape, a signature that appears to be 'R. Silva', and another signature that looks like 'J. B.'. There is also a circular stamp or mark with some illegible text inside.

5.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão.

5.1.2 Data de Emissão

5.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 25 de maio de 2014.

5.1.3 Prazo e Data de Vencimento

5.1.3.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 25 de maio de 2018, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas no item 6.4 abaixo e resgate antecipado previstas nesta Escritura. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures em Circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, calculada na forma prevista nesta Escritura.

5.1.4 Forma e Emissão de Certificados

5.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

5.1.5 Comprovação de Titularidade das Debêntures

5.1.5.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

5.1.6 Conversibilidade

5.1.6.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.1.7 Espécie

5.1.7.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page. There is a large 'X' mark, a signature that appears to be 'P.M.', and another signature that looks like 'J.B.'.

5.2 Subscrição

5.2.1 Prazo de Subscrição

5.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição e dentro do prazo de distribuição estabelecido no Contrato de Colocação e do disposto no parágrafo 2º do artigo 8º da Instrução CVM nº 476/09.

5.2.2 Preço de Subscrição

5.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

5.3 Integralização e Forma de Pagamento

5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.

5.4 Direito de Preferência

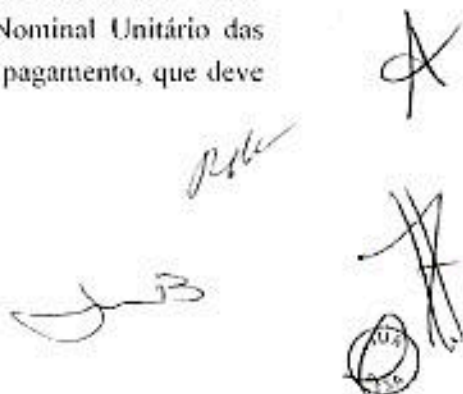
5.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

5.5 Atualização do Valor Nominal Unitário

5.5.1 Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

5.6 Remuneração

5.6.1 As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, de 2,75% (dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data de Emissão, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.



5.6.2 A Remuneração será paga trimestralmente, nos dias 25 dos meses de maio, agosto, novembro e fevereiro de cada ano, ou no primeiro Dia Útil subsequente, caso o mesmo não seja Dia Útil, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 25 de agosto 2014 e o último pagamento da Remuneração será devido em 25 de maio de 2018, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate antecipado previstas nesta Escritura.

5.6.3 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - i), \text{ onde:}$$

“J” corresponde ao valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

“Vne” corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“FatorJuros” corresponde ao fator de juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread, \text{ onde:}$$

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

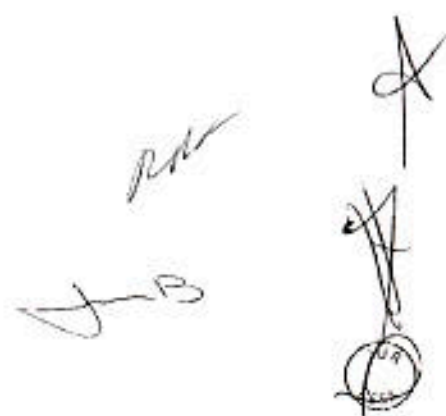
$$FatorDI = \prod_{k=1}^{nDI} [1 + (TDI_k)] , \text{ onde:}$$

“nDI” corresponde ao número total de Taxas DI, sendo “nDI” um número inteiro;

“TDIk” corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:



"k" = 1, 2, ..., n, sendo "n" um número inteiro;

"Dlk" corresponde à Taxa DI, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

"FatorSpread" corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{360}} \right] \right\}$$

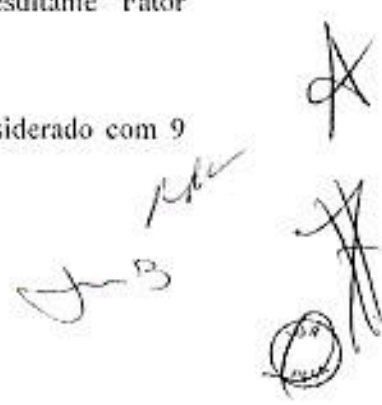
onde:

"spread" é 2,7500 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos); e

"DP" é o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures, ou Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, no caso dos demais períodos de capitalização, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

5.6.3.1 O cálculo da Remuneração das Debêntures acima está sujeito às seguintes observações:

- (i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- (ii) o fator resultante da expressão $[(1 + \text{TDlk})]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[(1 + \text{TDlk})]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) o fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.



5.6.4 Observado o quanto estabelecido no item 5.6.5 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

5.6.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar, nos termos da Cláusula 9 abaixo, no primeiro Dia Útil subsequente ao prazo de 10 (dez) dias acima, AGD para que os Debenturistas definam, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, será utilizado, para o cálculo do valor da Remuneração das Debêntures, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

5.6.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.

5.6.8 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva na AGD realizada conforme o item 5.6.5 acima, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures, a Emissora realizará o resgate antecipado e consequente cancelamento da totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de realização da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário ainda não amortizado nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* nos termos desta Escritura. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas serão utilizadas as fórmulas do item 5.6.3 acima, caso em que a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDIK no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível. As Debêntures resgatadas antecipadamente nos termos deste item serão canceladas pela Emissora.

5.7 Repactuação

5.7.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

Handwritten signatures and initials are present in the bottom right corner of the page. There are three distinct marks: a large 'X' at the top, a signature that appears to be 'J.B.' in the middle, and another signature or set of initials at the bottom.

5.8 Amortização Programada

5.8.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado trimestralmente, a partir de 25 de novembro de 2014, ou seja, a partir do 6º (sexto) mês, inclusive, a contar da Data de Emissão, da seguinte forma:

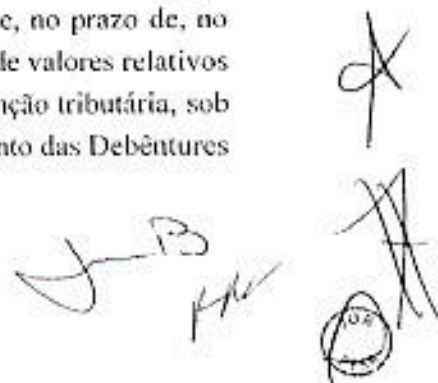
Data de amortização	Percentual de amortização
25 de Novembro de 2014	6,7000%
25 de Fevereiro de 2015	6,7000%
25 de Maio de 2015	6,7000%
25 de Agosto de 2015	6,7000%
25 de Novembro de 2015	6,7000%
25 de Fevereiro de 2016	6,7000%
25 de Maio de 2016	6,7000%
25 de Agosto de 2016	6,7000%
25 de Novembro de 2016	6,7000%
25 de Fevereiro de 2017	6,7000%
25 de Maio de 2017	6,7000%
25 de Agosto de 2017	6,7000%
25 de Novembro de 2017	6,7000%
25 de Fevereiro de 2018	6,7000%
25 de Maio de 2018	saldo
Total	100%

5.9 Condições de Pagamento

5.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

5.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pelo Banco Liquidante.

5.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora e ao Banco Liquidante, no prazo de, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures



de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Banco Liquidante a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária.

5.9.2 *Prorrogação dos Prazos*

5.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

5.9.3 *Encargos Moratórios*

5.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.9.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

5.9.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 5.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

5.10 Publicidade

5.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná, na forma de aviso e quando exigido

J-B
R.M.

A
[Assinatura]

pela legislação, e no "Jornal Indústria & Comércio", assim como na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.pesa.com.br), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da Oferta Restrita, bem como os prazos legais.

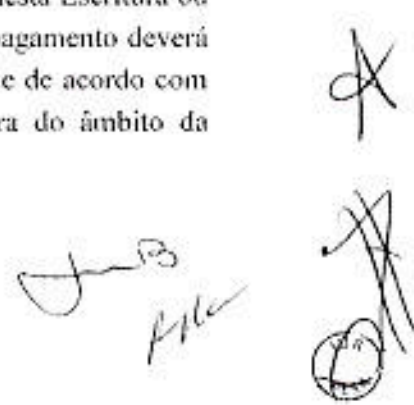
5.10.2 A Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

5.11 Garantia Fidejussória

5.11.1 Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas nesta Escritura pela Emissora, os Fiadores, nos termos do artigo 818 e seguintes do Código Civil, obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, como coobrigados e devedores solidários, prestando fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, bem como a seus sucessores a qualquer título, como fiadores, principais pagadores, coobrigados e devedores solidários com a Emissora, por todos os valores devidos nos termos desta Escritura, incluindo as Obrigações Garantidas, até o resgate das Debêntures, conforme os termos e condições abaixo.

5.11.2 Os Fiadores declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadores, principais pagadores, coobrigados e solidariamente responsáveis pelas Obrigações Garantidas. Ademais, os Fiadores declaram que são legalmente capazes e estão aptos a prestar a Fiança na forma estabelecida nesta Escritura.

5.11.3 As Obrigações Garantidas serão pagas pelos Fiadores, de forma solidária, podendo o Agente Fiduciário exigir as Obrigações Garantidas diretamente de qualquer dos Fiadores, imediatamente após o recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário aos Fiadores, em qualquer hipótese independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ciência da ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário e, conforme o caso, fora do âmbito da CETIP.

The bottom right corner of the page contains three handwritten signatures or initials. The top one is a stylized 'A' or 'X'. Below it is a signature that appears to be 'J. B. F. M.'. To the right of that is another signature, possibly 'C. M.', with a circular stamp or mark below it.

5.11.4 Os Fiadores expressamente renunciam a todo e qualquer benefício de ordem, bem como a direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza, inclusive os previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil.

5.11.5 Todo e qualquer pagamento realizado pelos Fiadores em relação à Fiança ora prestada será efetuado de modo que os Debenturistas recebam dos Fiadores os valores que seriam pagos caso o pagamento fosse efetuado pela própria Emissora, ou seja, livre e líquido de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

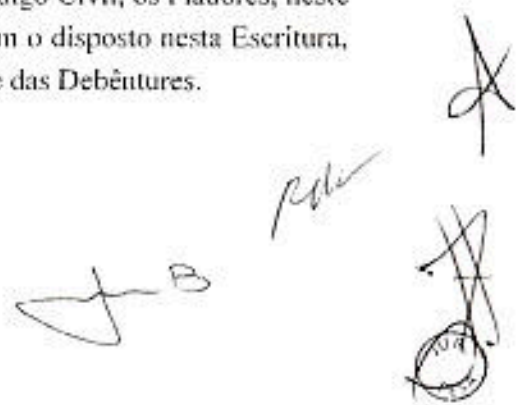
5.11.6 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

5.11.7 Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Escritura, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que os Fiadores obrigam-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente as Obrigações Garantidas.

5.11.8 A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data da integral quitação das Obrigações Garantidas.

5.11.9 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação das Obrigações Garantidas, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e os Fiadores.

5.11.10 Para os fins do disposto no artigo 835 do Código Civil, os Fiadores, neste ato, declaram ter lido e concordam, em sua integridade, com o disposto nesta Escritura, estando cientes dos termos e condições da Fiança prestada e das Debêntures.

The bottom right of the page contains several handwritten signatures and initials. There is a large, stylized signature that appears to be 'X' or 'A'. Below it, there are smaller initials, including what looks like 'R' and 'B', and another signature that is partially obscured by a circular stamp or mark.

5.11.11 Os Fiadores desde já concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora e/ou o outro Fiador por qualquer valor por eles honrado nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos.

5.11.12 Os Fiadores poderão efetuar o pagamento das Obrigações Garantidas, independentemente do recebimento da notificação a que se refere o item 5.11.3 acima.

5.11.13 Considerando que o Sr. Rogerio Macedo Borio é casado, sob o regime de comunhão total de bens, com a Sra. Suely Miriam Borio, brasileira, casada, jornalista, inscrita no CPF/MF sob o nº 853.085.019-04, com carteira de identidade RG nº 779.565-SSP/PR, residente e domiciliada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Emilio Cornelsen, nº 344, ap. 301, esta comparece neste instrumento para conceder sua outorga uxória à prestação de fiança pelo Sr. Rogerio Macedo Borio, nos termos do artigo 1.647 do Código Civil.

6. AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO E VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1 Aquisição Antecipada Facultativa

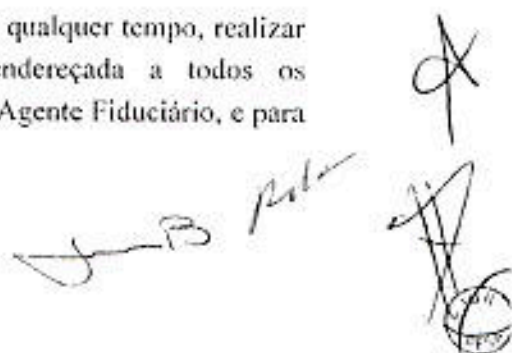
6.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado as Debêntures em Circulação, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, observado o disposto no artigo 55, §3º, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

6.2 Resgate Antecipado Facultativo Total

6.2.1 Não haverá resgate antecipado facultativo da totalidade e/ou de parte das Debêntures.

6.3 Oferta de Resgate Antecipado

6.3.1 A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar Oferta de Resgate Antecipado total das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, com cópia para a CETIP, para o Agente Fiduciário, e para

Handwritten signatures and stamps at the bottom right of the page. There are three distinct signatures: one large, stylized signature at the top right, and two smaller, more legible signatures below it. A circular stamp is visible at the bottom right corner.

o Banco Liquidante, assegurado a todos igualdade de condições para aceitar ou não o resgate das Debêntures de que forem titulares, da seguinte forma:

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação do Edital nos jornais utilizados pela Emissora, com, no mínimo, 10 (dez) dias úteis de antecedência, o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) o valor do prêmio de resgate, se for o caso, (b) a data efetiva para o resgate e o pagamento das Debêntures a serem resgatadas, (c) forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado e o prazo para que eles se manifestem perante a Emissora, (d) se a Oferta de Resgate Antecipado está condicionada a aceitação de um percentual mínimo de Debenturistas e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e operacionalização do resgate das Debêntures. A Emissora deverá enviar cópia do Edital ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas em até 2 (dois) Dias Úteis a partir da publicação;
- (ii) após a publicação do Edital, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido, de forma escrita, à Emissora, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de publicação do Edital. Ao final deste prazo, a Emissora terá 2 (dois) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures objeto do resgate antecipado serão resgatadas em uma única data. A CETIP deverá ser comunicada do resgate antecipado com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da sua realização, através de correspondência da Emissora com o de acordo do Agente Fiduciário;
- (iii) o valor pago aos Debenturistas a título da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do resgate, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, e (b) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora; e
- (iv) com relação às Debêntures (a) que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP; e (b) que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado será realizado mediante depósito em contas

J.B. *[assinatura]*

[assinatura]
[assinatura]
[assinatura]

correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Escriturador Mandatário.

6.3.2 As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser por ela canceladas.

6.3.3 Caso a Oferta de Resgate Antecipado não obtenha adesão da totalidade dos Debenturistas, as Debêntures pertencentes aos titulares que não aderirem à Oferta de Resgate Antecipado não serão antecipadamente resgatadas e não sofrerão qualquer alteração em sua data de vencimento ou de pagamento da Remuneração.

6.3.4 Não será admitida a oferta de resgate antecipado parcial das Debêntures.

6.4 Vencimento Antecipado

6.4.1 Vencimento Antecipado Automático

6.4.1.1 Observadas as hipóteses de vencimento antecipado não automático previstas no item 6.4.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá, automaticamente, declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e exigirá da Emissora e/ou dos Fiadores o pagamento do Valor Nominal Unitário, ou do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis* conforme o disposto nesta Escritura, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- (i) não pagamento pela Emissora e/ou pelos Fiadores de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas oriunda da presente Emissão no prazo de 1 (um) Dia Útil a contar da respectiva data de vencimento;
- (ii) (a) pedido de aut falência pela Emissora e/ou pela Sinergia, ou se a Emissora e/ou a Sinergia tiver sua falência requerida e não elidida no prazo legal ou tiver sua falência decretada; (b) se a Emissora e/ou a Sinergia propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano ou ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua

concessão pelo juiz competente; (c) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou da Sinergia; (d) caracterização de insolvência da Emissora e/ou da Sinergia;

- (iii) vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações assumidas pela Emissora e/ou pelos Fiadores no mercado de capitais e financeiro, nacional e internacional, em valor individual ou agregado superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IGP-M, ou outro índice que venha a substituí-lo, ou o seu equivalente em outras moedas;
- (iv) pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no respectivo estatuto social, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, caso a Emissora esteja inadimplente com relação a quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures ou a quaisquer obrigações não pecuniárias, nesse último caso, desde que materialmente relevantes;
- (v) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou de sentenças arbitrais definitivas contra a Emissora e/ou os Fiadores, que individualmente ou de forma agregada ultrapasse R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo estipulado para o pagamento, reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IGP-M, ou outro índice que venha a substituí-lo, ou o seu equivalente em outras moedas;
- (vi) protesto de títulos contra a Emissora e/ou os Fiadores cujo valor, individualmente ou de forma agregada, ultrapasse R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IGP-M, ou outro índice que venha a substituí-lo, salvo se no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto seja validamente comprovado que (a) o(s) protesto(s) foi/foram efetivado(s) por erro ou má fé de terceiros, (b) for/forem cancelado(s) o(s) protesto(s); ou (c) o(s) protesto(s) for/forem contestado(s) em juízo e for/forem prestada(s) garantias suficientes em juízo;
- (vii) (a) ocorrência de qualquer alteração, direta ou indireta, na composição societária da Emissora e/ou da Sinergia, ou (b) qualquer alienação, cessão ou transferência, direta ou indireta, de ações do capital social da Emissora e/ou da Sinergia, sendo que em quaisquer casos acima indicados, devem ser consideradas qualquer

J.B.
R.M.

A



operação isolada ou série de operações, que resultem na perda, pelo atual acionista controlador, direto ou indireto, do poder de controle da Emissora e/ou da Sinergia, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404/76, sem prévia autorização pelos Debenturistas;

- (viii) cisão, fusão ou incorporação, incluindo incorporação de ações, da Emissora e/ou da Sinergia, exceto se (a) previamente autorizada pelos Debenturistas; ou (b) assegurado aos Debenturistas o direito de resgate das Debêntures por eles detidas, nos termos do artigo 231 da Lei nº 6.404/76; ou (c) no caso específico de cisão da Emissora, (1) as empresas cindidas permanecerem no mesmo grupo econômico da Emissora, e (2) as empresas cindidas prestarem, concomitantemente à cisão, garantia fidejussória, na modalidade fiança, aos Debenturistas, assumindo todas as obrigações previstas nesta Escritura, incluindo as Obrigações Garantidas, nos mesmos termos e condições previstos no item 5.11 acima;
- (ix) realização pela Emissora e/ou pela Sinergia, de alienação direta ou indireta, total ou parcial, de ativos, cujos valores de alienação, individualmente, ultrapassem R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IGP-M, ou outro índice que venha a substituí-lo, ou o seu equivalente em outras moedas e/ou que, independentemente do valor, possam impactar a capacidade da Emissora e/ou da Sinergia de cumprir as obrigações assumidas nesta Escritura;
- (x) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões e licenças, inclusive as ambientais, necessárias para a manutenção ininterrupta das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou Sinergia, da forma como são desenvolvidas na presente data;
- (xi) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de (a) sequestrar, expropriar, nacionalizar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial das ações do capital social da Emissora e/ou da Sinergia ou, ainda, (b) desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial, dos ativos ou propriedades da Emissora e/ou da Sinergia, nesse caso, desde que referida desapropriação ou aquisição impacte a capacidade da Emissora e/ou da Sinergia de cumprir as obrigações assumidas nesta Escritura;
- (xii) redução de capital social, resgate ou amortização de ações da Emissora e/ou da Sinergia, após a Data de Emissão;

J.B.
R.M.

X
X

- (xiii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia e expressa aprovação de Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em Circulação;
- (xiv) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora e/ou no da Sinergia, de maneira que sejam excluídas ou substancialmente reduzidas as principais atividades atualmente praticadas e os ramos de negócios explorados pela Emissora e/ou pela Sinergia na Data de Emissão, exceto se previamente aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (xv) invalidação, nulidade ou ineficácia desta Escritura;
- (xvi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.404/76; ou
- (xvii) provarem-se falsas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelos Fiadores no âmbito da Emissão.

6.4.2 Vencimento Antecipado Não-Automático

6.4.2.1 O Agente Fiduciário deverá convocar AGD e comunicar a Emissora, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar a respeito da eventual declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e, uma vez declarado o vencimento antecipado, exigirá da Emissora e/ou dos Fiadores o pagamento do Valor Nominal Unitário, ou do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis* nos termos desta Escritura, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura;

- (i) descumprimento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura, desde que não sanado no prazo de 7 (sete) Dias Úteis da data do referido descumprimento;
- (ii) questionamento judicial desta Escritura ou da Fiança pela Emissora, por qualquer empresa do mesmo grupo econômico ou pelos Fiadores;

The block contains three handwritten signatures or initials in the bottom right corner. The top one is a large, stylized 'A'. Below it are two smaller signatures, one of which appears to be 'J.B.' and the other 'R.M.'.

- (iii) decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva de invalidade, nulidade ou inexecutabilidade da Fiança;
- (iv) inadimplemento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de quaisquer obrigações pecuniárias a que estejam sujeitos, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, considerados os prazos de cura eventualmente previstos nos respectivos instrumentos, obrigação essa em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IGP-M, ou outro índice que venha a substituí-lo, ou o seu equivalente em outras moedas;
- (v) revelarem-se incorretas, incompletas e/ou imprecisas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelos Fiadores no âmbito da Emissão; e
- (vi) não observância dos Índices Financeiros calculados de acordo com o Anexo II desta Escritura, a serem acompanhados anualmente pelo Agente Fiduciário, nos termos previstos no Anexo II.

6.4.2.2 Em caso de instalação da AGD em primeira convocação, nos termos da cláusula 9 abaixo, e caso nesta AGD não haja deliberação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação contrariamente à declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis* desde a última data de pagamento, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, até a data do efetivo pagamento das Debêntures.

6.4.2.3 Caso não haja quórum suficiente para instalação da AGD em primeira convocação, o Agente Fiduciário realizará a segunda convocação da AGD para deliberar sobre a mesma ordem do dia. Caso (i) na AGD instalada em segunda convocação, não haja deliberação de Debenturistas representando, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das Debêntures em Circulação contrariamente à declaração do vencimento antecipado das Debêntures; ou (ii) não haja, novamente, instalação da AGD, ou, por qualquer motivo, não ocorra a deliberação acerca do vencimento antecipado das obrigações da Emissora sob as Debêntures, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá da Emissora e/ou dos Fiadores o imediato pagamento do saldo

devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis* desde a última data de pagamento, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, até a data do efetivo pagamento das Debêntures.

6.4.3 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (i) à Emissora, com cópia para CETIP, e (ii) ao Banco Liquidante.

6.4.4 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu resgate deverá ser efetuado imediatamente. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, esta deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

6.4.5 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- (i) disponibilizar ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou data de sua publicação, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (2) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura e (3) relatório consolidado da memória de cálculo dos Índices Financeiros compreendendo todas as rubricas necessárias para o cálculo dos referidos Índices Financeiros devidamente auditados pelos auditores independentes devidamente registrados na CVM e contratados pela Emissora, com manifestação expressa dos auditores a respeito do atendimento, ou não, dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessário;



- (b) (1) dentro de 7 (sete) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada e exclusivamente para os fins de proteção dos interesses dos Debenturistas sob esta Emissão, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado a suas expensas), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis; e (2) no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados da data da solicitação, qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada, inclusive os documentos e informações que se façam necessários à elaboração, pelo Agente Fiduciário, do relatório de que trata o item 8.1 (xii) abaixo, desde que já sejam públicos e/ou desde que sua divulgação ao Agente Fiduciário não seja vedada por dever de confidencialidade legal ou contratualmente estabelecido em relação à Emissora e (3) no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no inciso (xiv) do item 8.3 abaixo, o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social;
- (c) dentro de 3 (três) Dias Úteis após sua realização, notificação da convocação de qualquer assembleia geral de acionistas da Emissora e, em 5 (cinco) Dias Úteis após a respectiva lavratura, fornecer, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas da Emissora, bem como a data e ordem do dia de assembleias a se realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado;
- (d) dentro de 3 (três) Dias Úteis da data de seu envio aos Debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados enviados;
- (e) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor equivalente a, no mínimo, R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), em até 5 (cinco) Dias Úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da respectiva cópia destes, sendo reajustado o valor acima referido, desde a Data de Emissão, pela variação do IGP-M, ou outro índice que venha a substituí-lo;

Handwritten signatures and stamps at the bottom right of the page. There are three distinct signatures. Below one of the signatures is a circular stamp containing the text "JIT" and "RSC".

- (f) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 6.4 imediatamente após a data em que tomar conhecimento de sua ocorrência;
 - (g) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis, fornecer qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas acerca da comprovação da utilização dos recursos obtidos com a Emissão; e
 - (h) declaração do representante legal da Emissora atestando o cumprimento das disposições desta Escritura em até 3 (três) Dias Úteis antes da assembleia geral de acionistas da Emissora que for deliberar sobre a distribuição de dividendos aos acionistas da Emissora.
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor à época;
 - (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
 - (iv) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula 9 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
 - (v) cumprir todas as determinações da CVM, enviando os documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pelas autoridades competentes;
 - (vi) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
 - (vii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor à época;
 - (viii) cumprir, em todos os aspectos, observado o princípio da boa-fé, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis aos seus negócios;

Handwritten signature

Handwritten signature and stamp

- (ix) notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, desde que fora do curso normal de seus negócios;
- (x) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, juros sobre capital próprio, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- (xi) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes e padrões de mercado;
- (xii) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) decorrentes da contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador Mandatário e da CETIP, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, e demais prestadores de serviço;
- (xiii) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:
 - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, na página da rede mundial de computadores disponível em www.pesa.com.br, dentro de até 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no subitem (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;



- (e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358/02, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar, na sua página da rede mundial de computadores, a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando este fato imediatamente aos Coordenadores e ao Agente Fiduciário, conforme dados de contato dos Coordenadores constantes do Contrato de Colocação e dados de contato do Agente Fiduciário na presente Escritura; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM; e
- (xiv) não realizar qualquer outra emissão de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Emissão, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO




8.1 A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

8.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.2.1 Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item 8.2 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

8.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente este fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

8.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

8.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

8.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEPAR, onde será inscrita a presente Escritura.

8.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

8.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) verificar a regularidade da constituição da Fiança, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (ix) solicitar, desde que comprovadamente necessário para o fiel cumprimento de suas funções, observado critério de razoabilidade, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora e, também, da localidade onde se situa o Imóvel;
- (x) solicitar, de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, às suas expensas;
- (xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 5.10 acima;
- (xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

- (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- (h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da emissora em que tenha atuado como Agente Fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - (1) denominação da companhia ofertante;
 - (2) valor da emissão;
 - (3) quantidade de debêntures emitidas;
 - (4) espécie;
 - (5) prazo de vencimento das debêntures;
 - (6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e

J.B.

mlr

A handwritten signature is written over a circular stamp that contains some illegible text.

- (7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;
- (xiv) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório;
 - (c) na CETIP;
 - (d) na CVM; e
 - (e) na sede da instituição intermediária líder;
- (xv) enviar comunicado aos Debenturistas de que o relatório mencionado no subitem 8.3 (xii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no subitem anterior;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP a divulgarem, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, enviando comunicação de igual teor à CVM e à CETIP;
- (xix) divulgar as informações referidas no item 8.3 (xii) "i" em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento; e

J-B RLV




- (xx) disponibilizar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a ser calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do seu *website*.

8.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora;

8.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 8.4 (i) e (iii) acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos Debenturistas titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 8.4 (iv) acima.

8.6 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28/83 e dos artigos aplicáveis da Lei nº 6.404/76, estando este isento, sob qualquer forma ou

X

JB RLV

Handwritten signature

pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.7 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o mesmo assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.8 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

8.9 Serão devidos, pela Emissora ao Agente Fiduciário, honorários anuais pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondente a parcela única de R\$3.000,00 (três mil reais) por ano, sendo a referida parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura e as demais na mesma data dos anos seguintes ao de celebração desta Escritura. Caso a totalidade das Debêntures seja resgatada integralmente antes do seu vencimento, será devido, na data do resgate integral o próximo valor subsequente.

8.9.1 A parcela citada no item 8.9 será reajustada pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

8.9.2 A parcela citada no item acima será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, nas alíquotas vigentes na data de cada pagamento.

8.9.3 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.9.4 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

8.10 Na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Pagamento de Remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora, como forma de remuneração dos serviços a serem prestados pelo agente fiduciário substituto. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.11 A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, viagens, alimentação, transportes e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

8.12 Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível e dentro de padrões de mercado, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção das Debêntures detidas, e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos

J.B. *flv*

[Handwritten signature]
AUX
REC

Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas, na proporção das Debêntures detidas, para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre assembleia geral de acionistas. A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada, obrigatoriamente, no Município de São Paulo.

9.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

9.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

9.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista ou ao representante dos Debenturistas eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

9.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por pelo menos 75%

(setenta e cinco por cento) dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração da destinação de recursos, alteração de prazos e Data de Vencimento, conversibilidade, espécie, valor e forma de Remuneração, amortização programada, garantia fidejussória, Resgate Antecipado Facultativo Total, Oferta de Resgate Antecipado e/ou das hipóteses de vencimento antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

9.8.1 A alteração dos quóruns qualificados previstos na presente Escritura dependerão da aprovação da totalidade das Debêntures em Circulação.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto;
- (v) sob as penas da lei, não tem nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (vii) aceita integralmente esta Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

J.B. PRL

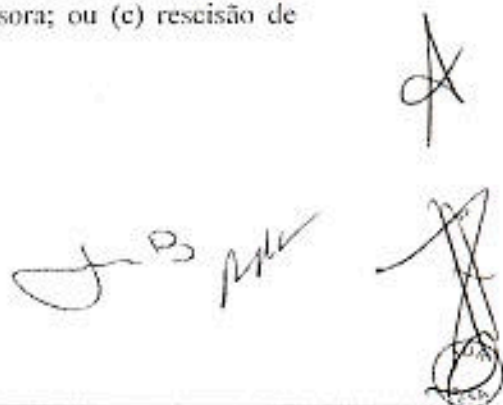
[Handwritten signature]

- (ix) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (x) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (xi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83; e
- (xii) inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM nº 28/83.

11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS FIADORES

11.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (i) é sociedade anônima validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) a celebração desta Escritura, bem como o cumprimento das obrigações previstas nela, não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem acarretam em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

The block contains three handwritten signatures or initials in the bottom right corner. The first is a stylized 'A' or 'X' shape. The second is a signature that appears to be 'J.B. M...' with a flourish. The third is a signature that appears to be 'J...' with a flourish and a circular stamp or mark below it.

- (v) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do Artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (vi) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (vii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCEPAR e o registro das debêntures na CETIP;
- (viii) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (ix) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- (x) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (xi) os documentos e informações fornecidas ao Agente Fiduciário são corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações necessários para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas, informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações relevantes delas decorrentes;
- (xii) manterá os seus bens adequadamente seguros, conforme práticas correntes de mercado;
- (xiii) não tem conhecimento, na data de assinatura desta Escritura, de outros processos administrativos e judiciais em que a Emissora seja parte além daqueles divulgados nas demonstrações financeiras da Emissora; não tem conhecimento de qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

tipo de investigação governamental que possa vir a afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura;

- (xiv) não possui quaisquer débitos em relação a quaisquer tributos federais, estaduais ou municipais (quanto aos tributos municipais, aqueles referentes aos municípios onde mantém sede, filiais, sucursais ou escritórios, ou, ainda, onde há imóveis relevantes em nome da Emissora), exceto aqueles que venham a ser discutidos de boa-fé pela Emissora;
- (xv) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas que estejam sendo discutidas administrativa ou judicialmente, observado, em todos os casos, o princípio da boa-fé;
- (xvi) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais necessárias à condução de seus negócios, sendo todas elas válidas, exceto por aquelas que estejam sendo discutidas administrativa ou judicialmente, observado, em todos os casos, o princípio da boa-fé;
- (xvii) os balanços patrimoniais da Emissora auditados e datados de 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013, em conjunto com as correspondentes demonstrações de resultado da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, não houve qualquer aumento do endividamento da Emissora;
- (xviii) não omitiu nem omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa da sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas; e
- (xix) os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados, nos termos previstos nesta Escritura, aos negócios de gestão ordinária da Emissora.

11.2 Os Fiadores individualmente declaram e garantem, conforme aplicável, ao Agente Fiduciário que:

- (i) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem dos Fiadores, exceto por aqueles já existentes nesta data e/ou previstos nos termos desta Escritura; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (ii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) as pessoas que os representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto, no caso da Sinergia;
- (iv) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação adicional aos já concedidos é exigido para o cumprimento, pelos Fiadores, de suas obrigações nos termos desta Escritura, exceto pelo registro da Escritura nos cartórios competentes, pelo arquivamento das atas da AGE, da AGE Rerratificação, da AGE Sinergia e da AGE Sinergia Rerratificação na JUCEPAR e pela outorga uxória ora concedida pela Sra. Suely Miriam Borio;
- (v) esta Escritura e as obrigações aqui previstas, inclusive em relação à Fiança, constituem obrigações legais, válidas e vinculativas dos Fiadores, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (iv) não possui quaisquer débitos em relação a quaisquer tributos federais, estaduais ou municipais (quanto aos tributos municipais, aqueles referentes aos municípios onde mantém sede, filiais, sucursais ou escritórios, ou, ainda, onde há imóveis relevantes em nome dos Fiadores), exceto aqueles que estejam sendo discutidos administrativa ou judicialmente de boa-fé; e
- (v) não tem conhecimento, na data de assinatura desta Escritura, de qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em face dos Fiadores, que possa vir a afetar sua capacidade de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura.

11.3 A Emissora e os Fiadores, conforme o caso, se comprometem a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das

declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A.

Rodovia BR-116, nº 11807, Km 100

81690-100 – Curitiba – PR

At.: Paulo Sérgio Ávila

Telefone: (41) 2103-2217

Fax: (41) 2103-2217

E-mail: avila_paulo@pesa.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Grupo 514

22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro e Marcelle Motta Santoro/ Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

(iii) para os Fiadores:

SINERGIA - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Rodovia BR-116, nº 11.807, Km 100

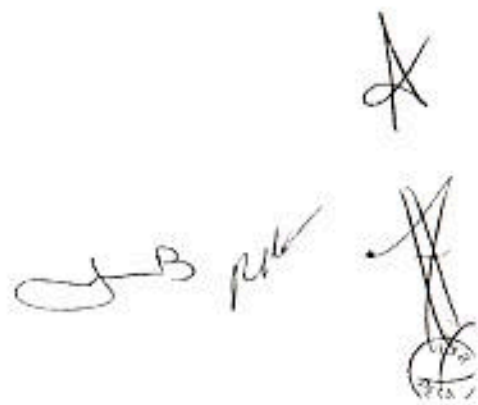
81690-100 – Curitiba - PR

At.: Paulo Sérgio Ávila

Telefone: (41) 2103-2217

Fax: (41) 2103-2217

E-mail: avila_paulo@pesa.com.br



ROGERIO MACEDO BORIO

Rodovia BR-116, nº 11.807, Km 100

81690-100 – Curitiba - PR

Telefone: (41) 2103-2217

Fax: (41) 2103-2217

E-mail: avila_paulo@pesa.com.br

(iv) para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

ITAÚ UNIBANCO S.A. (Banco Liquidante) e ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A. (escriturador mandatário)

Rua Ururai, nº 111 – Bloco B – Térreo

Tatuapé, CEP 03084-010

São Paulo, São Paulo

Tel.: (11) 2797-4441

Fac-símile: (11) 2797-3140

At.: Sr. Luiz Petito

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(v) para a CETIP:

CETIP S.A – MERCADOS ORGANIZADOS

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1663, 4º andar- Jardim Paulistano

01452-001- São Paulo – SP

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

12.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte aos demais.

12.2 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.4 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.5 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

12.6 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

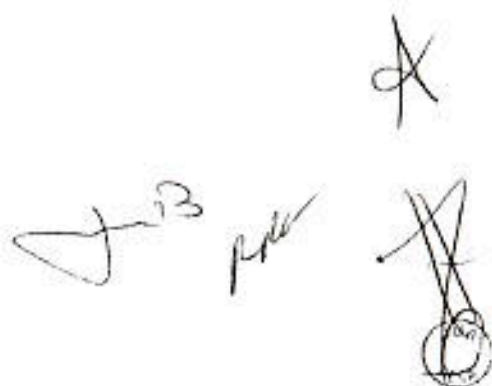
13. FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

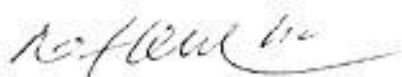
São Paulo, 15 de maio de 2014

(assinaturas na página seguinte)

The block contains three handwritten signatures or initials in black ink. The top signature is a stylized 'X' or 'A'. Below it, there are two more signatures: one that appears to be 'J-13' and another that is more cursive and illegible. To the right of these, there is a circular stamp or seal with some text inside, which is also partially obscured by the signatures.

(Esta é a página de assinaturas 1/5 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Paraná Equipamentos S.A., celebrada em 15 de maio de 2014 entre Paraná Equipamentos S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Sinergia - Empreendimentos e Participações S.A. e Sr. Rogerio Macedo Bório)

PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A



Nome:

Cargo:



Nome:

Cargo:



(Esta é a página de assinaturas 2/5 do Instrumento Particular de Escriturada 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Paraná Equipamentos S.A., celebrada em 15 de maio de 2014 entre Paraná Equipamentos S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Sinergia - Empreendimentos e Participações S.A. e Sr. Rogerio Macedo Bório)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: _____
Cargo: **Pedro Silva**
Procurador

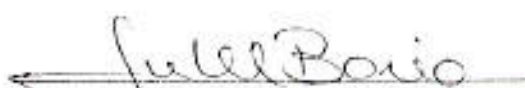
   

(Esta é a página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Paraná Equipamentos S.A., celebrada em 15 de maio de 2014 entre Paraná Equipamentos S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Sinergia - Empreendimentos e Participações S.A. e Sr. Rogerio Macedo Borio)

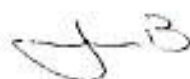
SINERGIA - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.



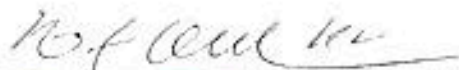
Nome: ROGERIO M. BORIO
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE



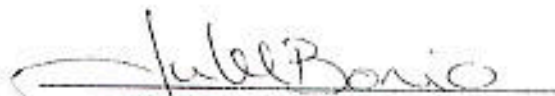
Nome: SUELY MIRIAM BORIO
Cargo: DIRETORA VICE PRESIDENTE



(Esta é a página de assinaturas 4/5 do Instrumento Particular de Escriturada 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Paraná Equipamentos S.A., celebrada em 15 de maio de 2014 entre Paraná Equipamentos S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Sinergia - Empreendimentos e Participações S.A. e Sr. Rogerio Macedo Borio)



ROGERIO MACEDO BORIO




SUELY MIRIAM BORIO

Que por meio da aposição de sua assinatura, concede outorga uxória à prestação de fiança pelo Sr. Rogerio Macedo Borio, nos termos do artigo 1.647 do Código Civil.

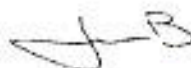


(Esta é a página de assinaturas 5/5 do Instrumento Particular de Escriturada 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Paraná Equipamentos S.A., celebrada em 15 de maio de 2014 entre Paraná Equipamentos S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Sinergia - Empreendimentos e Participações S.A. e Sr. Rogerio Macedo Bório)

Testemunhas:

1. 
Nome: Luis Alberto Benetti Brambilla
RG.: 5.876.423-3

2. 
Nome: Tatiane Cristina Coelho de Souza
RG: 5.888.447-2



ANEXO I

Este Anexo I é parte integrante do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Paraná Equipamentos S.A., celebrada em 15 de maio de 2014 entre Paraná Equipamentos S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Sinergia - Empreendimentos e Participações S.A. e Sr. Rogerio Macedo Bório





GLOSSÁRIO

AGE	É a Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora que aprovou a Emissão.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
AGE Rerratificação	É a Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora que aprovou a rerratificação de determinados termos e condições da Emissão aprovados na AGE.
AGE Sinergia	É a Assembleia Geral Extraordinária da Sinergia que aprovou a outorga da Fiança.
AGE Sinergia Rerratificação	É a Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Sinergia que aprovou a rerratificação de determinados termos e condições da Emissão, aprovados na AGE Sinergia.
AGD ou Assembleia Geral ou Assembleia Geral de Debenturistas	Assembleia Geral de Debenturistas.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA.
Banco Liquidante e Escriturador Mandatário	Respectivamente, Itaú Unibanco S.A. e Itaú Corretora de Valores S.A.






CETIP	CETIP S.A. – Mercados Organizados.
Cetip21	Cetip21 – Módulo de Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
CPF/MF	Cadastro da Pessoa Física no Ministério da Fazenda.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Código de Processo Civil	Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada.
Contrato de Colocação	Contrato de Estruturação Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob o Regime de Garantia Firme e de Melhores Esforços de Subscrição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da 1ª Emissão da Paraná Equipamentos S.A., a ser celebrado entre os Coordenadores e a Emissora.
Controladas	São as controladas diretas e indiretas da Emissora.
Coordenadores	Determinadas instituições financeiras integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	25 de maio de 2014.
Data de Pagamento de Remuneração	de Datas em que a Emissora pagará a Remuneração aos Debenturistas, conforme previsto no item 5.6.2 desta Escritura.
Data de Vencimento	25 de maio de 2018.
Debêntures	As 12.600 (doze mil e seiscentas) debêntures simples,










	não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 1ª emissão da Paraná Equipamentos S.A.
Debêntures em Circulação	Todas as Debêntures subscritas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores e empresas controladoras, direta ou indiretamente, da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau.
Debenturistas	Os titulares das Debêntures.
Dia Útil	Qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional.
Dívida	Corresponde, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, à soma dos saldos líquidos de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil (leasing financeiro), neste caso, desde que não seja cancelável a critério da Emissora, e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos).
Dívida Líquida	É o valor da Dívida menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos) e investimentos.
Dívida Líquida de Curto Prazo	É valor da Dívida a vencer em até 12 meses da data de apuração, incluindo as amortizações de dívida de longo prazo, menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos).






EBITDA	Corresponde, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, ao resultado relativo aos 12 meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e participações minoritárias. Entendem-se como Resultado Não Operacional: Venda de Ativos fora do curso normal de negócios; Provisões / Reversões de Contingências sem efeito caixa no curto prazo; Impairment e Despesas Pontuais de Reestruturação fora do curso normal de negócios.
Edital	É o edital da Oferta de Resgate Antecipado a ser publicado por meio de anúncio nos termos do item 6.3 desta Escritura.
Emissão	1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.
Emissora	Paraná Equipamentos S.A.
Encargos Moratórios	Encargos moratórios previstos nesta Escritura.
Escritura	O presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Paraná Equipamentos S.A.
Fiadores	São, em conjunto, a Sinergia - Empreendimentos e Participações S.A. e o Sr. Rogerio Macedo Bório, devidamente qualificados no preâmbulo desta Escritura.
Fiança	É a garantia fidejussória prestada pelos Fiadores, em que estes se obrigam como fiadores, principais pagadores, coobrigados e devedores solidários com a Emissora, por todos os valores devidos nos termos desta Escritura, até o resgate das Debêntures, conforme os termos e condições descritos no item 5.11 acima.

IGP-M	Índice Geral de Preços - Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Índices Financeiros	São os índices previstos no Anexo II desta Escritura.
Instrução CVM nº 28/83	Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.
Instrução CVM nº 358/02	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM nº 409/04	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM nº 476/09	Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.
Investidores Qualificados	São os investidores qualificados definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura e no Contrato de Colocação; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).
JUCEPAR	Junta Comercial do Estado do Paraná.
Lei nº 6.404/76	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.







MDA

MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Obrigações Garantidas

Toda e qualquer obrigação, principal e/ou acessória, presente e/ou futura, incluindo: (i) o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, *pro rata temporis*, e Encargos Moratórios, calculados nos termos desta Escritura; bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de despesas judiciais e extrajudiciais e/ou, quando houver, verbas indenizatórias devidas diretamente pela Emissora no âmbito de qualquer processo judicial, administrativo ou arbitral bem como no âmbito da Emissão, desde que tais custos ou despesas tenham se mostrado necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas decorrentes desta Escritura e tenham sido devidamente comprovados à Emissora, conforme os termos e condições previstas no item 5.11 e observados os termos previstos na Escritura.

Oferta de Resgate Antecipado

É a oferta de resgate antecipado das Debêntures, parcial ou total, aos Debenturistas, nos termos do item 6.3 desta Escritura.

Oferta Restrita

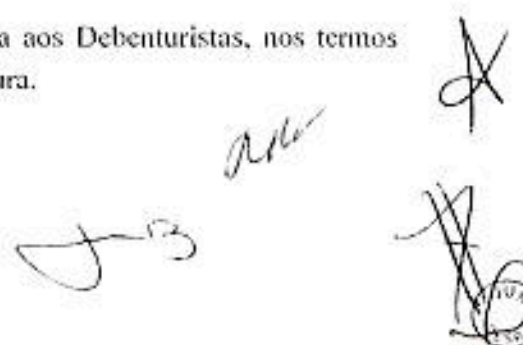
É a oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, das Debêntures.

Período de Capitalização

Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

Remuneração

É a remuneração devida aos Debenturistas, nos termos do item 5.6 desta Escritura.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page. There are three distinct marks: a large 'X' or stylized signature, a signature that appears to be 'J.B.', and another signature that is partially obscured and includes the letters 'TU'.

Resgate Antecipado Mandatório	Tem o significado previsto no item 6.2.2 desta Escritura.
Sinergia	É a Sinergia - Empreendimentos e Participações S.A., devidamente qualificada no preâmbulo desta Escritura.
Taxa DI	Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI, "over extra-grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br).
Valor Nominal Unitário	O valor nominal unitário de cada Debênture, equivalente a R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão.







ANEXO II

Este Anexo II é parte integrante do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Paraná Equipamentos S.A., celebrada em 15 de maio de 2014 entre Paraná Equipamentos S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Sinergia - Empreendimentos e Participações S.A. e Sr. Rogerio Macedo Bório

ÍNDICES FINANCEIROS

1. O Agente Fiduciário acompanhará anualmente, até o 90º (nonagésimo) dia contado do encerramento de cada exercício social, com base na com base nas informações a serem apresentadas pela Emissora, no prazo e forma estabelecidos no item 7.1 (i) (a) (3) da Escritura, e auditadas por auditor independente registrado na CVM, com base nas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social consolidadas da Emissora, o atendimento, pela Emissora, dos seguintes Índices Financeiros:

	2014	2015	2016	2017	2018
Dívida Líquida / EBITDA (menor ou igual a)	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5
Dívida Líquida de Curto Prazo/EBITDA (menor ou igual a)	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0

[Handwritten signatures and initials]